

Azevedo, A. K. S., & Dutra, E. M. S. Era uma vez uma história sem história: pensando o ser mulher no Nordeste

Era uma vez uma história sem história: pensando o ser mulher no Nordeste

It was once a history without history: thinking of being a woman in the Northeast

Una contra historia sin historia: pensando o siendo mujer en el Nordeste

Ana Karina Silva Azevedo¹

Elza Maria do Socorro Dutra²

Resumo

O presente artigo objetiva refletir acerca do ser mulher no Nordeste como uma condição histórica. Para tanto, utilizaremos trechos de depoimentos de mulheres para subsidiar nossa reflexão sobre a marca da historicidade na construção do ser mulher em nossa sociedade atualmente. Tais trechos de fala são frutos de uma pesquisa com três mulheres sobreviventes de tentativa de homicídio por parte de seus parceiros. Esses depoimentos foram gravados, transcritos e obtidos em uma entrevista semiestruturada, com uma pergunta que versava sobre o relato dessas mulheres de terem sobrevivido a um crime de violência contra a mulher. Percebemos um enraizamento cultural produzido pela hegemonia histórica do patriarcado como lógica de entendimento social sobre os papéis do feminino e do masculino, o qual escreve nos nossos imaginários uma subjetividade do ser mulher e ser homem socialmente.

Palavras-chave: Mulheres nordestinas. Historicidade. Feminismo.

Abstract

The present article aims to reflect on being a woman in the northeast as a historical condition. To do so, we will use excerpts from women's testimonies to support our reflection on the brand of historicity in the construction of being a woman in our society today. Such speech snippets are the fruit of a survey of three surviving women attempting to murder their partners. These testimonies were recorded, transcribed and obtained in a semi-structured interview, with a question that related to the report of these women having survived a crime of violence against women. We perceive a cultural rootedness produced by the historical hegemony of patriarchy as a logic of social understanding about the roles of the feminine and the masculine, which writes in our imaginaries a subjectivity of being a woman and being a man socially.

Keywords: Northeastern women. Historicity. Feminism.

Resumen

¹ Professora-Doutora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: anakarinaazevedo@hotmail.com

² Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: elzadutra.rn@gmail.com

Azevedo, A. K. S., & Dutra, E. M. S. Era uma vez uma história sem história: pensando o ser mulher no Nordeste

El presente artículo objetiva reflexionar acerca de la ser mujer en el noreste como una condición histórica. Para ello, utilizaremos fragmentos de testimonios de mujeres para subsidiar nuestra reflexión sobre la marca de la historicidad en la construcción del ser mujer en nuestra sociedad actualmente. Tales extractos de habla son fruto de una investigación con tres mujeres sobrevivientes de un intento de homicidio de sus parejas. Estos testimonios fueron grabados, transcritos y fueron obtenidos en una entrevista semiestructurada, con una pregunta que versaba sobre el relato de esas mujeres de haber sobrevivido a un crimen de violencia contra la mujer. Se percibe un enraizamiento cultural producido por la hegemonía histórica del patriarcado como lógica de entendimiento social sobre los papeles del femenino y del masculino, el cual escribe en nuestros imaginarios una subjetividad del ser mujer y ser hombre socialmente.

Palabras clave: Mujeres nordestinas. Historicidad. Feminismo.

Introdução

Para pensarmos o ser mulher na atualidade, é necessário que resgatemos o percurso histórico que delineia a existência no feminino, percurso esse que contribui para a construção de papéis de feminino e masculino e, conseqüentemente, de subjetividades em torno de seus lugares no mundo. Convocar esse resgate histórico clama pela problematização presente neste artigo: Terá tido a mulher a possibilidade de escrever essa história como protagonista ou essa é uma história escrita no masculino?

O presente trabalho tem como objetivo refletir acerca do ser mulher no Nordeste como uma condição histórica. Para tanto, utilizaremos trechos de falas de mulheres³ que contribuirão com a nossa reflexão para pensarmos a marca da historicidade na construção do ser mulher em nossa sociedade atualmente.

Para iniciarmos a nossa discussão, partiremos do dicionário Aurélio (2010), o qual nos permite iluminar alguns significados construídos historicamente e que estão arraigados, até os dias atuais, aos conceitos do ser mulher em nossa sociedade. Vejamos alguns temas presentes nessa definição e que abordaremos no neste artigo, tais como o feminino colocado como uma questão de gênero, mas também associado a um papel social de mulher-esposa.

Para ilustrarmos tal construção histórica que permeia toda a conceituação do feminino e masculino, o dicionário Aurélio (2010) nomeia como significado do que seria feminino “o que pertence ou é relativo às mulheres: graça feminina. / Gracioso, terno, dócil: ela é bem feminina. / Que se refere ao sexo

caracterizado pelo ovário (nos animais e nas plantas). / & 151; S.m. Gramática. Gênero gramatical dos substantivos, identificável pela possibilidade de juntar-se a eles o artigo ‘a’” (p. 352). Já o masculino seria “aquilo que é relativo aos machos: sexo masculino. / Fig. Varonil; enérgico. / Gramática. Diz-se dos substantivos que têm seu gênero gramatical marcado pela possibilidade de serem precedidos pelo artigo o. / V. RIMA. / & 151; S.m. Gênero gramatical dos nomes” (p. 498).

Nas definições, encontramos uma representação do que seria o feminino, relacionada à graciosidade, ao ser dócil, à feminilidade, enquanto o masculino está associado à virilidade, ao que é enérgico. O que essa tradução dos significados de tais termos nos revela é toda uma concepção histórica construída sobre o que é ser mulher e ser homem, de características comportamentais atribuídas às mulheres e aos homens. É importante refletir sobre o lugar do dicionário em nossa cultura. Ele nomeia, explicita os termos da nossa língua, representa a nossa forma de compreender as palavras que utilizamos para nos comunicar. Por outro lado, quando percorremos a literatura acerca dessa temática, compreendemos melhor porque tais associações e significados são atribuídos a esses gêneros. Dessa forma, é importante uma melhor explanação relacionada ao contexto histórico que demarcou e delineou as diferenças entre homens e mulheres.

O título deste artigo comporta uma questão inicial: existiu uma história escrita pelas mulheres, a partir de sua inserção no mundo em que vive, ou essa história foi escrita no masculino, a partir do olhar do homem, do seu fazer, de sua luta? Tal título é movido e inspirado nas

³Tais depoimentos compõem a tese de doutorado intitulada *Não há você sem mim: histórias de*

mulheres sobreviventes de uma tentativa de homicídio.

reflexões de Moura (2008), que lança um olhar sobre o feminino na cultura ocidental.

Se observarmos a história, desde a Revolução Neolítica, a mulher tinha um papel social diferenciado do homem. Ele era o macho caçador, o que buscava o alimento para a família; à mulher cabia um papel mais passivo, voltado ao cuidado dos filhos, para o plantio das sementes e mudas, num ritual de fertilidade (Vicentino, 1997). Alguns autores, como Leite (1994) e Rodrigues (1992), comparam o papel feminino nesse momento histórico aos mamíferos, no qual à mãe cabia o papel de cuidado de suas crias.

Segundo Osório (2002), o matriarcado surgiu naturalmente em função da vida nômade desses povos, e as mulheres se tornaram responsáveis pelo cultivo de plantas e animais, cuidando dos filhos, enquanto os homens buscavam outros alimentos. Em algumas sociedades matriarcais, como em Creta no período 2000 a 1400 a.C, a mulher tinha, inclusive, direitos e liberdade. O mesmo é visto em Esparta, onde a mulher, dotada de liberdade, praticava exercícios na *polis*, disputava esportes, dentre outras atividades. Com isso percebemos que, na sociedade matriarcal, a mulher não era vista como propriedade do homem, mas sim como sendo propriedade do seu clã. Entretanto, segundo Leite (1994), o lugar predominante da mulher durou apenas até a invenção do arado, quando o homem passou a dominar as atividades produtivas e, com isso, surge uma nova organização social: o patriarcado, em que a mulher passa a ser concebida como posse do homem.

O que percebemos ao longo do advento do Feudalismo é que a mulher permanece sendo propriedade do marido: submetida a controle rigoroso e chegando até mesmo, como exemplifica

Osório (2002), a usar cinto de castidade em função das longas ausências de seus maridos a serviço das obrigações de guerra. A partir dessa configuração familiar, tal autor encontra reflexos no próprio conceito e definição de família (*famulus*) que tem seu significado etimológico relacionado à servidão ou escravidão, revelando que família era entendida como um conjunto de pessoas escravas ou em estado de servidão. Os filhos pertenciam aos pais, à mulher e ao seu marido.

Moura (2008) revela que, no contexto da cultura ocidental, durante muito tempo, a mulher era resumida a um objeto de manipulação e dominação, em função dos valores estabelecidos pela cultura patriarcal, o que lhe custou uma determinada identidade de mulher. Para essa autora, o modo de organização patriarcal que prevaleceu ao longo da história fez com que a trajetória da mulher fosse contada e estabelecida pelos homens, por seus interesses, que acabaram por definir o seu papel como mãe e esposa.

Ainda segundo essa autora, “para o sistema patriarcal não existia um sujeito feminino que se pudesse revelar, mas apenas experiências femininas culturalmente determinadas, enquanto os homens eram cercados de possibilidades de realização pessoal, profissional e social” (2008, p. 2).

A sociedade patriarcal traduziu diferenças entre masculino e feminino a partir da construção de valores masculinos predominantes e valores femininos subjugados aos masculinos. Tal delineamento das relações colocou o homem como sujeito da sociedade, enquanto a mulher era tida como objeto, objeto de um homem. Essa construção de papéis tem forte implicação no processo de socialização, nos valores culturais e nas identidades biológicas entre os sexos.

Azevedo, A. K. S., & Dutra, E. M. S. Era uma vez uma história sem história: pensando o ser mulher no Nordeste

Percebemos que a sociedade patriarcal restringe a mulher ao plano biológico, quando permite apenas que seu papel seja o de mãe e esposa, cuidadora do lar e da família. No entanto, sabemos e cremos que tanto homens como mulheres, como bem explana Moura (2008), são resultantes de uma interação entre o ser físico e o ser social. Não há dissociação entre essas instâncias e tal concepção do que é ser mulher e ser homem, a partir de uma diferenciação sexual, que terminou por construir papéis sociais discriminando e excluindo as mulheres do processo histórico. Essa é a história sem história do feminino na cultura ocidental, que passa a ser contada pelo homem, por seu papel e atuação no mundo, tornando a mulher o outro, como reflete Simone de Beauvoir (1961).

Entretanto, é importante mencionar que a mulher não permaneceu à margem por toda história, pois o século XIX, com a Revolução Industrial, permitiu o início da construção de uma identidade feminina, tendo em vista a incursão da mulher como força produtora de trabalho. Assim, é no século XX que se inicia o processo de busca de igualdade entre homens e mulheres, a partir da ascensão social da mulher.

Devemos nos perguntar se toda essa expressão da construção do papel feminino no ocidente aconteceu de maneira semelhante no Brasil, especialmente no Nordeste, tendo em vista que as mulheres pesquisadas são mulheres que vivem nessa região do país.

“Agora chegou a vez vou cantar... mulher brasileira em primeiro lugar...” – o ser mulher no Brasil

Tentando demonstrar a expressão do patriarcalismo em nosso país, D’Incão (1997) diz que no Brasil a

família patriarcal era caracterizada por um pai que exercia forte poder sobre seus dependentes, escravos e agregados. O lar da burguesia brasileira nessa época era concebido como lar acolhedor, com filhos educados e uma esposa dedicada ao seu marido, sendo sua acompanhante na vida social. Assim, ela estava sob a vigilância do marido, de seu pai, mas também da sociedade, a partir dos valores preconizados por esse tipo de sociedade. Percebemos as marcas da sociedade patriarcal na construção da dinâmica familiar e, conseqüentemente, dos papéis a ela atribuídos. A essa mulher de elite, que frequentava o contexto social, cabia a vigilância do marido, e de seu pai, além do olhar da sociedade que exigia dela um comportamento condizente com valores vigentes. Não nos surpreende perceber, então, que os casamentos entre as famílias ricas e burguesas aconteciam como uma forma de manter o status e, nesse contexto, a mulher deveria ser uma mãe dedicada, atenciosa, ideal, sendo esse enlace permitido apenas no contexto da família burguesa. Tais casamentos eram submetidos a grande vigilância como uma forma de garantir a sua manutenção, envolvendo alianças políticas e econômicas, ou seja, eram casamentos frutos de conveniência para a manutenção do poder e da detenção do capital nessa sociedade.

As mulheres desse momento histórico brasileiro eram consideradas guardiãs do lar e da família. Caberia a elas, então, o sucesso dessa estrutura, representando, assim, apenas um capital simbólico, pois a autoridade familiar ainda permanecia com a figura masculina, fosse esta o marido ou o pai. Tal ordenamento da construção do ser mulher e ser homem reflete a organização patriarcal da cultura, que sustentava a centralidade da figura masculina nas configurações familiares.

Soihet (1997) realiza um resgate histórico que remonta à *Belle Époque* (1890-1920) em que uma ordenação burguesa engendrou mudanças que modernizaram o país tornando o trabalho livre, mas que resultou a homens e mulheres a submissão a uma disciplinarização do espaço e do tempo do trabalho que se estende também aos demais aspectos da vida. Com isso, as mulheres passaram a ocupar um papel de responsabilidade por serem elas as grandes executoras desses novos propósitos. Surgiu assim um expressivo número de mulheres chefes de família, fato esse provocado pelas dificuldades econômicas e pelas diversidades de valores próprios da cultura popular.

Nesse momento, a Medicina reforçava a fragilidade feminina, o recato, prevalecendo a capacidade afetiva à intelectual, a subordinação da sexualidade à vocação maternal, dentre outros aspectos. Tais características justificavam que fossem exigidas da mulher atitudes tais como submissão e comportamentos que não ferissem a sua honra. Ou seja, a mulher galgava um papel na sociedade, assumindo muitas vezes o sustento de sua família, mas, ainda assim, era afirmada a sua inferioridade biológica perante o homem, o que findava por condenar essa mulher a continuar assumindo sua condição de submissão à figura masculina.

Soihet (1997) relata que, nesse momento histórico, o exercício da sexualidade feminina antes do casamento estava proibido e o seu exercício após o matrimônio ficava restrito a essa relação. As mulheres dos segmentos mais populares eram vigiadas, disciplinadas pelo sistema judiciário, pela polícia, os quais controlavam a forma de expressão das mulheres de modo a manterem hábitos saudáveis e de boas maneiras. Nesse

momento, a violência já se fazia presente, no sentido de que a classe dominante se utilizava da coerção para manter sob controle o comportamento feminino. No entanto, a mesma autora (1997) argumenta que o resgate da história dessas mulheres mostra que elas ocuparam a condição de objeto da história, visto que os registros apontam o fato de que a mulher esteve restrita ao espaço privado, pois a rua simbolizava o espaço do desvio, das tentações; assim, as mães vigiavam suas filhas, nesse tempo de valorização da moralidade que era a representação de progresso da civilização. A violência conjugal entre homem e mulher tinha peculiaridades nessa época, isso porque as mulheres populares trabalhavam para o sustento familiar e ainda assumiam integralmente a responsabilidade dos filhos, o que fazia com que elas não se adaptassem às concepções de submissão e inferioridade.

Segundo Soihet (1997), há descrições de que muitas mulheres populares rebelaram-se aos maus-tratos vividos com violência proporcional, o que afasta a concepção de submissão atribuída à mulher nessa época, fato esse que não parece ocorrer na virada do século XX, período em que houve um grande aumento do número de crimes passionais, possivelmente influenciados pela onda de romantismo oriundo da Literatura e da Arte que enfatizavam o amor e a paixão. Sobre isso, Leite (1994) coloca que a presença da mulher é sentida como provocadora de conflitos em um sistema dominado pelo homem. Confrontando com alguns valores patriarcais, as mulheres passaram a questionar o machismo na relação conjugal, assim como a infidelidade, a grosseria e o abandono do homem (Blay, 2003).

Nesse momento da história, ao homem era permitido e estimulado o

livre exercício de sua sexualidade, ao passo que, à mulher, a Virgem Maria (virgem e mãe) era o exemplo a ser seguido. O que percebemos é que tais mulheres eram vitimadas não só pela existência da violência física, mas também por uma violência simbólica de valores inculcados sobre o comportamento feminino, padrões culturais que reforçavam a supremacia masculina à submissão feminina.

Mas, o que acontecia com as mulheres no Brasil? Bassanezi (1997), revisitando os registros sobre as mulheres dos anos 1950 no Brasil, encontrou que tais mulheres refletiam a concepção de que nasceram para ser donas de casa, esposas, mães, tendo assim o casamento um papel importante em suas vidas, sendo a felicidade conjugal dependente dos esforços femininos para manter a família e o marido satisfeitos.

Nesse período, os papéis feminino e masculino ainda eram vistos com bastante distinção. O trabalho feminino, mesmo que mais comum e presente no mercado, ainda era revestido de preconceito e considerado inferior ao trabalho do homem. Os homens tinham autoridade sobre as mulheres, sustentavam suas esposas e filhos. A mulher ideal era aquela que ocupava papéis femininos tradicionais, ou seja, que realizava tarefas domésticas, cuidava dos filhos e do marido, além de ser dotada de características representativas de feminilidade, como instinto maternal, pureza, resignação e doçura, assim como expressas na definição do dicionário Aurélio (2010) sobre o significado ser feminina. As moças de família dos anos 1950 não se vestiam de forma ousada, nem sensual, não saíam com muitos rapazes, mantendo-se virgens até o casamento e tinham nas revistas da época aconselhamentos e orientações sobre

como se portar e agir para casar, tendo em vista que esse era o grande projeto feminino.

Para Bassanezi (1997, p. 609), “ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres”. Assim, nos anos dourados, essa era a essência feminina, pois, ao inverso do feminino, a iniciativa e participação no mercado de trabalho, o espírito aventureiro eram definições de masculinidade.

Podemos compreender, assim, por que as mães educavam suas filhas desde pequenas para serem boas mães e donas de casa; os brinquedos femininos, associados ao cumprimento de tarefas domésticas, aos cuidados do lar e da família, representados nas bonecas, nas panelinhas, fogõezinhos, nas vassouras em miniatura e nas casas de boneca, simulando assim os papéis femininos que, mesmo que transgredidos na atualidade, perpetuam-se no imaginário e na composição do ser mulher.

Bassanezi (1997) traz interessante reflexão acerca do fato de que as revistas da época no Brasil faziam distinção entre as moças de família e as levianas. As primeiras seriam aquelas que correspondiam ao modelo feminino, o que “garantiria” a possibilidade do casamento modelo e da vida como “rainha do lar”. As levianas seriam aquelas que permitiriam intimidade física com os homens, fazendo com que eles as procurassem apenas para namorar, não para casar. Sobre isso, Dias (2012) coloca que existiam as moças recatadas, que se destinavam ao lar e à família, e as moças despojadas, interessadas em investir em si mesmas, mas ainda com objetivos práticos geralmente voltados para o companheiro, os filhos, os pais. Reforçando tal reflexão, Pegoraro (2011) relata que muitas mulheres permaneciam no cenário tradicional que a destinavam

à dependência do outro, à renúncia pessoal em favor dos seus mais próximos, enquanto outras abriam caminho para o reconhecimento da sua autonomia como seres humanos e como mulheres.

Ainda nos dias atuais, percebemos na mídia, revistas e conteúdos eletrônicos próprios para mulheres, que os assuntos abordados sempre são os mesmos: moda, culinária, comportamento, sexualidade e saúde. De certa forma, ainda vemos presente, mesmo revestido por uma conotação de liberdade de exercício da sexualidade feminina, um discurso que coloca a mulher como responsável pela felicidade do relacionamento a dois. Ainda está presente, mesmo que sutilmente, um manual com orientações de condutas adequadas, e que seduzem mais o homem e que ainda emitem a implícita mensagem de que mulher feliz é aquela acompanhada, em uma relação estável. Assim como as revistas específicas para os homens, distintas daquelas para as mulheres, sempre trazem conteúdos vitais, como exercícios físicos, sucesso no trabalho, vigor e vitalidade. Mesmo que visto como uma descrição da sociedade brasileira dos anos 1950, percebemos que traços culturais marcantes desse período ainda estão presentes até os dias atuais, construindo e perpetuando concepções de um feminino que ainda está vinculado ao exercício da maternidade, do cuidado da casa e da relação amorosa, acrescido a mais uma incumbência do exercício profissional, porque, nesse momento, a mulher ocupa um papel no mercado de trabalho, contribuindo com o orçamento familiar, quando não, sendo a única responsável pelo sustento da família.

Devemos pensar também que, apesar de as reflexões de Bassanezi (1997) serem datadas em referência aos anos 1950, elas são pertinentes aos dias

atuais, pois as revistas ainda ditam o comportamento social e sexual das moças. Ainda se percebe a preocupação com o casamento como um ideal feminino, o comportamento sexual da mulher ainda é interpretado de forma valorativa, como nos anos dourados, apenas adquirindo novas terminologias e denominações. O que resulta dessa visão sobre o feminino é que tais concepções terminam por construir subjetividades, escrevem o ser mulher ao longo da história, delineiam formas de estar-no-mundo.

Permitimo-nos pensar em como tais modos-de-ser mulher se expressam na mulher nordestina e, para isso, tentaremos resgatar os estudos de Falci (1997), que nos permitem visualizar as nuances do que significava ser mulher no sertão nordestino. Para essa autora, no Nordeste brasileiro, assim como no contexto ocidental, a sociedade também se estruturava no regime patriarcal, com grande estratificação entre homens e mulheres, ricos e pobres, escravos e senhores.

Mulheres mais abastadas eram educadas para serem mães, e serem dotadas de prendas domésticas, tais como bordar, cozinhar, costurar, dentre outras. Aquelas menos afortunadas, ou viúvas, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados, davam aulas de piano e solfejo, ajudando no sustento e educação da prole. Porém, tais atividades não eram muito aceitas socialmente, o que as tornava alvo da maledicência por parte de homens e mulheres que as acusavam pela incapacidade do homem da casa, de precisar de auxílio no sustento do lar. Por esse motivo, muitas mulheres vendiam seus produtos por meio de terceiros para não ficarem expostas a tais situações. Isso porque nessa época havia uma concepção formada de que a mulher não deveria ganhar dinheiro.

As pobres mulheres nordestinas tinham que lutar por seu sustento, sendo costureiras, fiadeiras, rendeiras, lavadeiras, roceiras, trabalhando inclusive com a enxada como os homens o faziam. As escravas trabalhavam principalmente na roça, mas também como costureiras, carpinteiras, amas de leite, serviços domésticos, trabalhando desde a infância.

No entanto, é importante mencionar que a mulher do sertão nordestino do século XIX não era considerada uma cidadã política, pois estava restrita ao espaço privado; além disso, não estudava e raramente aprendia a ler, e quando o fazia era por meio de professores particulares, ao contrário de seus irmãos, que frequentavam a escola e aprendiam Filosofia e línguas. Falci (1997) diz ainda que, no sertão, havia grande preocupação com o casamento das filhas moças e que quando as mulheres não casavam era por dificuldade em encontrar um parceiro adequado. Para tanto, os enxovais das meninas começavam a ser preparados aos 12 anos, sendo presente também as orientações maternas para adoção de boa conduta para poder casar. Tais atitudes fündavam por construir, no imaginário feminino, uma forte valorização da vida matrimonial, provocando também grande angústia nas moças que não casavam antes dos 25 anos.

Tais valores característicos da cultura nordestina brasileira encontram-se arraigados nos valores acerca do ser mulher, da família, dos papéis sociais e encontram-se presentes e cultuados até os dias atuais. Por isso, torna-se relevante realizar essa descrição acerca dessa região brasileira, pois ela guarda peculiaridades que escrevem a história das mulheres nordestinas. Quantas mães ainda perpetuam esses ensinamentos, costumam e montam enxovais para quando sua filha for casar, quantas

normas de boa conduta e frases como “uma moça de família não se portaria dessa forma...”? A busca por um bom casamento ainda compõe o imaginário feminino da mulher criada no Nordeste brasileiro. O culto ao matrimônio trouxe pressões e cobranças à mulher nordestina, de modo que o estar casada seria o seu principal papel na sociedade, tal lugar no mundo lhe daria respeito e aceitação no convívio social.

Sobre o valor do casamento para a mulher nordestina, Albuquerque (2003, p. 72) explana que

[...] não existe dúvida para quem escreve no começo do século XX de que o destino da mulher é o casamento, e que amor, maternidade e vida doméstica são coisas inseparáveis, e aquilo que realizaria e traria a felicidade para a mulher. Toda a vida dela deveria estar voltada para cuidar e dar amor e afeto aos seus maridos e filhos.

Podemos, assim, lançar luz sobre como tais sentidos em jogo no ser mulher no Nordeste estão presentes, mesmo que de forma subjetiva, nos valores afetivos que permeiam seu imaginário, aprisionando-as em sonhos relativos à constituição de uma família e, de certa forma, suprimindo a sua liberdade e autonomia, retirando a autoria de sua própria história.

Para Falci (1997), o valor da mulher nordestina para a sociedade era a sua honestidade, o seu recato, as suas funções e prendas no lar, e os filhos dados ao marido.

O isolamento do sertão, as condições locais de povoamento, as condições ambientais de clima e a formação de uma sociedade patriarcal altamente estratificada influíram nas especificidades das mulheres do sertão. Lugares

Azevedo, A. K. S., & Dutra, E. M. S. *Era uma vez uma história sem história: pensando o ser mulher no Nordeste*

diferentes, historicidades específicas podem conduzir a outros signos, outras representações do mundo feminino. (Falci, 1997, p. 275)

Além dos presentes aspectos, autores como Albuquerque (2005) referem que uma mulher, para protagonizar as ações, para ter liberdade, precisava assumir características masculinas, ser forte e rústica como os homens que as seduziam e as encantavam.

Ainda refletindo sobre tal identidade da mulher nordestina, sertaneja, Albuquerque (2001, p. 247) ressalta que

[...] A mulher-macho era aí uma exigência da natureza hostil e da sociedade marcada pela necessidade de coragem e destemor constante. Portanto, o discurso regionalista nordestino vai criando não só o homem nordestino, mas a própria mulher nordestina como caracterizados por traços masculinos, traços da sertaneja.

Tal entendimento se faz importante para compreender os significados do ser mulher especificamente no Nordeste. As suas representações estão diretamente ligadas ao contexto em que se inserem, à historicidade desses fatores, às marcas culturais presentes nesse contexto.

Desvelando falas e modos de ser mulher

Neste tópico do presente artigo, buscaremos, a partir de falas de mulheres, compreendermos o papel da historicidade na construção do ser mulher em nossa sociedade. Tais falas são frutos de uma pesquisa realizada com mulheres vítimas de tentativa de homicídio cometida por seus parceiros e as utilizaremos como protagonistas deste momento: Rosa, Helena e Tereza.⁴ As mulheres que compõem este estudo têm idade compreendida entre 30 e 50 anos, duas são viúvas de companheiros que se mataram após a tentativa de homicídio, e uma se encontra separada do parceiro que atentou contra a sua vida. São mulheres desempregadas, em especial, pela dificuldade de retornarem suas atividades, após violência vivida. Os depoimentos aqui convocados a compõem a nossa compreensão sobre a historicidade na construção do ser mulher foram gravados e transcritos. Essas falas foram obtidas por meio de uma entrevista semiestruturada, com uma pergunta de abertura que versava sobre o relato da condição dessas mulheres de terem sobrevivido a um crime de violência contra mulher. Percebemos em seus relatos momentos em que as protagonistas versavam sobre os aspectos discutidos no presente artigo, trechos esses que nortearão a nossa compreensão sobre a presença dessa historicidade, inevitavelmente marcada pelo patriarcado, na construção do ser mulher em nossa sociedade e, em especial, no Nordeste.

Retomando Bassanezi (1997), que resgatou registros sobre as mulheres nos anos 1950 no Brasil, as mulheres refletiam a concepção de que nasceram

⁴ Ressaltamos que este artigo configura-se como uma discussão oriunda da Tese de doutorado intitulada de *Não há você sem mim: histórias de mulheres sobreviventes de uma tentativa de homicídio*, a qual tem aprovação no Comitê de

Ética da UFRN, protocolo 214/11-P. Os presentes nomes aqui referenciados estão substituídos por mulheres cantadas por Chico Buarque, respeitando os preceitos éticos da pesquisa.

para ser donas de casa, esposas, mães, tendo assim o casamento um papel importante em suas vidas, sendo a felicidade conjugal dependente dos esforços femininos para manter a família e o marido satisfeitos. Apesar de tal reflexão ser datada dos anos 1950, em nossas entrevistadas percebemos a presença do casamento como projeto de vida, como podemos ver na fala de Rosa: “[...] eu sempre sonhei muito em casar de véu e grinalda, eu sempre sonhei muito em construir uma família bonita, queria me casar, ter minha casa, me realizar profissionalmente”.

Esse projeto é construído a partir de sentidos presentes na cultura e nos outros atores da sociedade, como os pais, dentre outras instituições. Seu valor ainda é presente e enaltecido como destino a mulheres em nosso país, mesmo na atualidade. Tal sentido ecoa na construção de uma subjetividade relacionada ao ser mulher, compondo o imaginário e o processo decisório de mulheres brasileiras.

Em Rosa, percebemos a presença da adoção de um projeto construído a partir dos condicionantes sociais que definem mulher como esposa, mãe, reforçando a presença e certa confirmação da vocação feminina para assunção de papéis relacionados às funções do lar. Tais significados encontram-se ecoados na busca pela realização desse projeto (de uma família feliz), como afirmado por ela.

E eu sempre sonhei muito em casar de véu e grinalda, eu sempre sonhei muito em construir uma família bonita...

Esse meu desejo começou na escola, porque minha mãe nunca chegou pra mim pra conversar, ela é do tempo antigo, pra ela a mulher que casar não pode trabalhar fora, não pode estudar, se a mulher teve um filho antes de

concluir os estudos não é pra voltar a estudar.

[...] como se fosse o pai dos meus filhos, como se eu tivesse uma obrigação de cuidar dele, até as crianças crescerem e a gente poder separar [...]

Em Tereza, tal projeto de um casamento também surge como sonho: “E meu sonho sempre foi casar com ele, sempre foi com ele o meu sonho”.

Muitas vezes, a manutenção desse projeto familiar, construído pelas experiências vividas pela mulher, pela educação e atravessamentos culturais, fazem com que a mulher mantenha tal projeto como algo que destina sua existência, mesmo que isso signifique, afetivamente, escolher sofrer, como visto na fala de Rosa. “Só que eu matinha as aparências, porque na minha cabeça eu queria ter essa família, uma família feliz”.

Encontramos, ainda, em seu desvelar de sentidos, uma relação afetiva entre o companheiro e a mulher, na disposição de subjugar-la como posse, numa condição de inferioridade, objetificada a uma existência para um homem. Essas compreensões estão repercutidas em falas como a de Rosa. “[...] que eu não podia trabalhar, nem estudar, porque ele ia atrás no trabalho, na escola, me tirando de sala de aula [...]”.

Helena, também relata, em sua experiência, esta dinâmica afetiva com seu companheiro: “Ele não deixava eu sair, e nunca me dava dinheiro”.

Observamos em falas, como as descritas, uma relação afetiva em que o parceiro retira a possibilidade do outro de ser ele mesmo, de existir exercendo a sua condição de ser um ser de possibilidades. Bauman (2004) reflete que a melhor maneira encontrada pelo amante para suprir o medo da separação

seria transformar o amado numa parte inseparável do amante, de modo que os caminhos escolhidos sejam os mesmos, as concordâncias e sentimentos sejam semelhantes. Isso desvela a face do amor que pode ser pensada como aquele que aprisiona e que coloca o outro amado sob custódia, numa prisão que objetiva proteger o prisioneiro. Para esse autor, nesse processo, o ser amado se torna uma tela, preferencialmente, em branco, em que o pintor não necessita indagar a tela sobre como ela se sente.

Na atualidade, assim como discute esse sociólogo, o amor é vivenciado à luz de como consumimos outras mercadorias, trazendo como empenho o subjugar, o possuir. Por tal esforço, terminamos por nos relacionar com o outro como um objeto, algo que nos é parte e do qual temos posse.

Sobre isso, Teresa reflete a partir de sua experiência:

[...] é achar que a mulher é um objeto dele, não é uma companheira, um ser humano, sua esposa, mãe dos seus filhos, mas sim um objeto que ele faz o que quiser, que tem que obedecer a ele, e eles são agressivos porque não fazem o que eles querem. Sem reagir eles fazem o que fazem, imaginem se reagirem! Eles não respeitam a mulher como deve ser respeitada, porque a mulher é um ser humano igual a ele, que pensa, que tem vontade igual a ele, e eu me sentia assim... um objeto.

É impossível não resgatar as reflexões de Moura (2008) ao falar sobre o patriarcado e a cultura ocidental que, durante muito tempo, resumia a mulher a ser um objeto de manipulação e dominação. É importante que lembremos que o patriarcado prevalece até hoje como lógica de entendimento para o que é ser mulher e ser homem.

Isso custou a construção do feminino ao longo da história, uma narrativa a partir de seu lugar, restando apenas experiências no feminino que estavam circunstanciadas por uma determinação cultural. É a sociedade patriarcal que coloca no destino da mulher a maternidade e a manutenção de uma família, e é essa lógica que incute nas mulheres tais sentidos como projeto, inscritos subjetivamente nas possibilidades de ser mulher socialmente. O casamento legitima a sua existência nessa ordem, assim como a maternidade lhe dá um lugar como pessoa, como mulher.

Ainda sobre o modo de ser mulher, e a reflexão em torno do atravessamento do patriarcado, que coloca a mulher como responsável pela manutenção do relacionamento amoroso, temos na fala de Rosa, uma exemplificação disso: “[...] eu queria entender por que ele fez isso sem eu ter sido uma mulher de trair ele, nem de sair sozinha [...]”.

Nesse trecho observamos, na fala da entrevistada, uma busca por motivos e justificativas para as atitudes do seu parceiro, referidas apenas a sua pessoa, como se a culpa pela ocorrência da violência fosse da mulher. Nesse sentido, Rosa reflete:

[...] às vezes eu me arrependo, eu digo... será que eu deveria ter ajudado mais a ele? Ou não? Às vezes vem um sentimento de culpa, de que se ele tivesse morrido, eu teria me sentido culpada... é como se eu tivesse sido a responsável pelo que ele fez com ele [...]

Ainda sobre esse sentimento de culpa, relativo à responsabilidade de manter a relação amorosa, Tereza também nos traz que:

Eu hoje digo que deveria ter sido mais paciente, eu fui muito paciente, mas acho que falhei, eu não sou perfeita, eu nunca quis me separar, eu nunca pensava em me separar. Aguentei todos esses anos pensando em nunca me separar, e ainda acho que a paciência é a chave do negócio, do sucesso, eu deveria ter tido mais paciência, sabedoria, é muito difícil...

Resgatamos a impessoalidade para pensarmos a experiência de Tereza, especialmente pelo fato de percebermos em seu discurso a presença de valores preconizados culturalmente como a associação ao papel da esposa: de paciência, submissão e de tolerância em função da manutenção do casamento. Sentidos de ser mulher que atravessam modos de existência das mulheres participantes deste estudo.

Considerações finais

Apesar de vermos em discussão o patriarcado e que ele seja profundamente criticado e questionado na atualidade, iluminado pela mobilização de movimentos político-sociais que enaltecem o empoderamento/fortalecimento do feminino e a luta por igualdade de gênero, tal movimento surge ainda inibido por um enraizamento cultural produzido pela hegemonia histórica do patriarcado como lógica de entendimento social sobre os papéis do feminino e do masculino.

Tal enraizamento inscreve nos nossos imaginários, em especial no das mulheres participantes deste estudo, uma subjetividade do ser mulher e ser homem socialmente. O patriarcado encontra-se nos discursos familiares, escolares, religiosos, nos pequenos gestos da sociedade, nas diferenças sustentadas entre homens e mulheres, traduzidas,

inclusive, nas diferenças de remuneração e oportunidades do mercado de trabalho, nas oportunidades vividas, na violência, nas possibilidades postas como possibilidades às mulheres enquanto existentes. No entanto, mais profundamente, tal lógica significativa se enraíza na produção de modos de ser mulher, sustentada pela perpetuação cultural do patriarcado como presença simbólica. Perceber os sentidos dele nas falas de mulheres em situação de violência, como as contidas nos extratos de fala que teceram este artigo, nos mostram que muito além dessa presença simbólica, tal forma de enraizamento de uma construção de um modo possível de ser mulher escreve a história de muitas delas e os sentidos que sustentam as suas existências, inclusive a de permanecer numa relação violenta. O sonho de ter uma família, de entrega ao pertencimento desse projeto de ter um lar, um pai e filhos, sustentam a escolha possível de ser mulher para um homem nesse projeto idealizado e construído ao longo de sua vida como feminino.

Construir espaços de reflexão e de abertura para lançar possibilidades de existência do feminino para além dessa ordem faz-se significativo para lançar a escrita da história do feminino a partir de um olhar que valorize o seu protagonismo enquanto existente. À Psicologia e demais campos do saber, cabe o desafio de pensar que os estudos de gênero devem estar incorporados não só transversalmente como discussão possível, mas como temática necessária nas estruturas obrigatórias curriculares, assim como, mais amplamente, nos espaços formativos, educacionais, familiares e de convivência da humanidade.

Referências

- Albuquerque, J. D. M. (2003). *Nordestino: uma invenção do falo; uma História do gênero masculino*. Maceió: Editora Catavento.
- Bassanezi, C. (1997). Mulheres dos anos dourados. In M. D. Priore (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Bauman, Z. (2004) *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Beauvoir, S. (1949/1961). *O Segundo sexo* (Vol. 1 e 2). São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Blay, E. A. (2003). *Violência contra a mulher e políticas públicas*. Estud. av. v. 17 n. 49 São Paulo sep./dic.. ISSN 0103-4014 versão impresa doi: 10.1590/S0103-40142003000300006.
- Butler J. (2003). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: civilização brasileira.
- Dias, C. C. (2012). *Anos dourados, belos e femininos: a mulher e a moda na década de 50 no Brasil*. 8º Anais Colóquio de Moda. Recuperado em 23 maio, 2019, de http://www.coloquiomoda.com.br/coloquio2017/anais/anais/edicoes/8-coloquio-de-moda-gt06_comunicacao-oral.php
- Dicionário Aurélio. (2010). Recuperado em 6 outubro, 2010, de <http://www.dicionariodoaurelio.com/>
- D'Incão, M. A. (1997). Mulher e família burguesa. In M. D. Priore (Org.). *História das mulheres no Brasil* (pp. 223-240). São Paulo: Contexto.
- Gregori, M. F. (1992). *Cenas e queixas: um estudo sobre as mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Giffin, K. (2002). Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. *Cad. Saúde Pública*, 18 suppl, 103-12.
- Grossi, M. P. (1998). Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In M. P. Grossi & J. Pedro *Masculino e feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres.
- Leite, C. L. P. (1994). *Mulheres: muito além do teto de vidro*. São Paulo: Atlas.
- Moura, R. (2008). Uma história sem história: considerações sobre o feminino. *História, imagem e narrativas*, 7, ano 3, setembro/outubro.
- Pegoraro, E. (2011) Elas, silenciosas ou ousadas: a publicidade e as diferentes percepções acerca da mulher (1940-1950). In *História, imagem e narrativas*. Recuperado em 25 maio, 2019, de <http://www.historiaimagem.co.br/edicao12abril2011/edicao12.php>
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, julho/dezembro 71-99.
- Soihet, R. (1997) História das mulheres. In C. F. Cardoso & R. Vainfans (Orgs.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Zanotta, L. M. (2001). Masculinidades e violências. *Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. Série Antropologia*, Brasília, 290, 1-33.

Recebido em: 4/5/2018

Aprovado em: 27/5/2019